

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA
UNIÃO EUROPEIA.

AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA (CAMIÃO) COM TAMQUE DE 18 METROS
CÚBICOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

1 – OBJETO DO FORNECIMENTO

- 1.1. - O presente procedimento consiste na aquisição de uma viatura (Camião), com tanque de 18 metros cúbicos, de acordo com as condições e especificações técnicas definidas no presente caderno de encargos, sendo o contraente público o Município de Alijó.

2 – PAGAMENTO DE IUC E DESPESAS DE LEGALIZAÇÃO

- 2.1. - O Imposto Único de Circulação referente à viatura não deverá ser imputado ao Município em virtude do mesmo se encontrar isento do seu pagamento.
- 2.2.- As despesas de legalização e transferência de propriedade da viatura serão da responsabilidade do fornecedor.
- 2.3. - É da responsabilidade do adjudicatário proceder à homologação da viatura pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. ficando responsável por qualquer alteração que venha a ser necessária para que a viatura possa ser homologada. Qualquer alteração, que seja necessária, será considerada para todos os efeitos, como uma reparação ao abrigo das garantias das viaturas.

3 – PRAZO LOCAL ENTREGA E CONDIÇÕES DOS BENS

- 3.1. - O Viatura objeto do contrato a celebrar, deverá ser entregue na Divisão de Obras e Serviços Urbanos do Município de Alijó - Oficinas Municipais, sita no Largo da Granja – 5070- Alijó no prazo máximo de **16 (dezassex meses)**.
- 3.2.- O prazo de entrega, conta-se a partir da data da assinatura do contrato.

3.3- A entrega será sempre acompanhada de guia de remessa, devidamente numerada, da qual constará designadamente:

- Data de entrega;
- Identificação do cocontratante;
- Identificação do contraente público;
- Data de encomenda e número da requisição do contraente público;
- Identificação do concurso ao abrigo do qual é feito o fornecimento;
- Identificação dos bens entregues e respetivas quantidades.

3.4- Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega, são da responsabilidade do fornecedor.

3.5- É da responsabilidade do fornecedor apresentar o plano de manutenção do bem para que se assegure o seu bom funcionamento.

3.6- O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquele.

3.7. - Os bens, objeto do contrato só poderão ser aceites pelo Município após a homologação dos mesmos.

3.8. - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Município, bem como o risco de deterioração dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3.9 - Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, à inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar se corresponde às características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no ponto 2 deste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

3.10. - Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar ao Município de Alijó, ou a terceiros por si designados, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

4 – PARÂMETRO BASE DO PREÇO CONTRATUAL

4.1. - O preço base (valor máximo) do procedimento é de **€ 223.500,00€** (duzentos e vinte e três mil e quinhentos euros), ao qual acresce o Iva à taxa legal em vigor.

4.2. - Os preços apresentados nas propostas são os preços de venda sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), e incluem, para além do valor da viatura propriamente dito, o seguinte:

- a) O custo dos serviços de transporte e respetivos seguros até ao local de entrega designado;
- b) Homologação da viatura pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P
- c) Outros impostos se aplicável;
- d) O custo da assistência pós-venda e outros incluídos no âmbito da garantia;
- e) Os acessórios exigidos pelo Código da Estrada;
- f) O equipamento de série e/ou opcional incluído no preço;
- g) O combustível necessário à verificação imediata do veículo;
- h) A documentação a fornecer.

5 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, após aceitação da fatura, num prazo de 30 dias depois da entrega do bem adjudicado.

6 – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de fornecimento dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;

7 – CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM

7.1. – O(s) fornecedor(es) obriga(m)-se a entregar ao Município de Alijó (em morada a indicar posteriormente) os bens objeto do contrato com as características e especificações técnicas previstas nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, dentro do prazo estipulado na proposta sendo que caso o mesmo não seja cumprido, por facto imputável ao fornecedor, poderá implicar o pagamento por parte deste ao Município, de uma multa, nos termos do número 14, por cada dia que for excedido o referido prazo.

7.2. - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

7.3. - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

7.4. - O fornecedor é responsável perante o Município por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhes são entregues.

7.5. - No caso de não estar comprovada a total conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidas nas Cláusulas Técnicas, o Município de Alijó deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

7.6. - No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Alijó, às reparações ou substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

7.7. - Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o Município de Alijó procede à realização de nova inspeção, nos termos do número anterior.

8 – GARANTIA TÉCNICA

8.1. - Nos termos do presente número e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, estipulado por Lei para este veículo, a contar da data da entrega dos bens, com zero quilómetros, Chave na mão, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características e especificações técnicas definidas nos números 2.1. e 2.2. do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

8.2. - A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do equipamento ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

8.3. - Caso o Município detete qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

8.4. - A reparação ou substituição prevista no presente número deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pelo Município e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e fim a que o mesmo se destina.

8.5. - Todos os elementos substituídos no âmbito da garantia e durante o tempo de garantia definido no presente número, será de 24 (vinte e quatro meses).

8.6. - Durante o prazo de garantia o custo de mão-de-obra e deslocações, referentes a revisões, é suportado pelo adjudicatário.

9 – GARANTIA E CONTINUIDADE DE FABRICO

O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

10 – CONTRATO

10.1.- A adjudicação é formalizada por contrato escrito, nos termos previstos no artigo nº 94º do CCP, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração.

10.2. - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos e integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

10.3.- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

10.4.- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 11.2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

10.5.- O contrato entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da outorga do mesmo e mantém-se até a entrega do bem objeto do contrato, resultando ainda do cumprimento de todas as obrigações por parte do adjudicatário resultantes da sua proposta, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

11 – APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

11.1. - Em simultâneo com a decisão de adjudicação, a entidade adjudicante, aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, quando seja o caso.

11.2. - Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

12 – DESPESAS DO CONTRATO

12.1. - As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos/taxas legalmente devidos pelo adjudicatário.

12.2. - Correm igualmente por conta do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

13 – GESTOR DO CONTRATO ARTIGO 290.º A

De acordo com o DESPACHO N.º 11-2018, datado de 30/01/2018, proponho como gestor de contrato a Chefe de Divisão Sandra Figueira.

14 – PENALIDADES CONTRATUAIS

14.1. - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos seguintes:

- a) Pelo incumprimento do prazo de entrega do bem objeto do contrato, até 10% do valor do preço contratual por cada dia de atraso;

14.2. - Nos casos em que se obtenha, a título de penalidade, um valor superior aos limites definidos no artigo 329.º do C.C.P., será este último o valor máximo aplicável.

14.3. - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Alijó pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor global do contrato.

14.4. - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a), do n.º 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

14.5.- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alijó tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

14.6. - O Município de Alijó pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente número.

14.7. - As penas pecuniárias previstas no presente número não obstam a que o Município de Alijó exija uma indemnização pelo dano excedente.

15 – OBRIGAÇÕES DE SIGILO

15.1. - O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

15.2. - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

15.3. - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

16 - REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DE DADOS

O adjudicatário obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

17 - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

17.1. - O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

17.2. - Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) A entidade adjudicante deve apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º. do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 18/2008, de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111- B/2017 de 31 de agosto e demais alterações.

18 – SUBCONTRATAÇÃO

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

19 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

19.1. - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstancias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

19.2. - Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

19.3. - A parte que invocar casos de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

19.4. - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

19.5. -A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

19.6. - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

20 - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

20.1.- São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização no presente procedimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

20.2. - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

21 – RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

21.1. - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alijó pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

21.2. - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega do bem ou falta de reposição de bom funcionamento por período superior a **45 (quarenta e cinco) dias seguidos**.

22 – FORO COMPETENTE

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

23 - CONDIÇÕES COMUNS

23.1. - A rescisão não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato.

23.2. - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

23.3. - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas.

24 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

II

CARATERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Chassis:

Peso Bruto 32Ton.

Potência de 510 CV – 375Kw

Tração 8x4

Cilindrada 12.882cm³

Caixa automatizada

Tomada de força rápida para ligar a bomba de incendio

Cabine simples com cama

Pintura na cor branca

Sistema de carregamento de baterias alimentado a 220V a.C., que se desliga automaticamente sempre que o motor do veículo é acionado, com sistema de aquecimento de água do circuito de refrigeração do motor do veículo e compressor para enchimento depósitos de ar dos travões

2. Avisadores e Projetores Especiais:

a) Sirene eletrónica com 100W colocada sob tensão por um interruptor com dois sinalizadores luminosos azuis de **Led**, na parte superior da cabine, visíveis num ângulo de 360° e altifalante exterior, a ativar pelo condutor e/ou pelo chefe da equipa;

- b) Dois sinalizadores luminosos **Led**, de marcha de urgência, azuis, intermitentes (tipo STROB) colocados na parte da frente do veículo, junto aos faróis, sendo eficientemente protegidos contra choques e instalados sem perfuração da cabina;
- c) Dois sinalizadores luminosos **Led**, de marcha de urgência, azuis, intermitentes, (tipo STROB), colocados na traseira do veículo, visíveis em condições normais a, pelo menos, 100 metros;
- d) Iluminação lateral e à retaguarda **Led**, direcionada para o solo e com capacidade de iluminação num raio mínimo de 1,5 metro em relação ao limite exterior do veículo;
- e) Um projetor orientável e amovível de 100 W, **Led**, montado à frente do lado direito da cabina;
- f) Um projetor orientável e amovível de 100 W, **Led**, montado à retaguarda, do lado esquerdo;
- g) Faróis de nevoeiro protegidos com grelhas metálicas
- h) Lanterna de leitura de mapas **Led** fixa 12 / 24V
- i) Painel de comandos do equipamento elétrico na cabine
- j) Ligações elétricas e acessórios

3. Características da Superestrutura:

- CHASSIS SUPLEMENTAR em aço inox, ligado ao chassis da viatura através de apoios borracha e sinoblocos.
- TANQUE em aço inox 316 L de 5mm espessura no fundo e 3mm espessura nos restantes elementos, capacidade de **18000** litros devidamente compartimentado
- 1 Entrada de homem com tampa de abertura rápida
- 2 Enchimentos laterais storz B com válvula de retenção
- Dispositivo de evacuação água tubo ladrão diâmetro 90mm,
- Ligação do tanque à bomba diâmetro 125mm, com filtro e válvula manual de corte, sistema anti vórtice colocado na saída do tanque para a bomba, ligação flexível do tanque à bomba, nível de água em tubo acrílico e eletrónico no painel de comandos da bomba, válvula de esvaziamento total do tanque, 4 argolas para suspender o tanque
- 1 Caixa retangular em alumínio na parte superior, para arrumação de material.

4. Bomba Serviço Incêndios:

- 1 BOMBA de baixa pressão com débito de 4000 lpm @ 10bar, certificada EN 1028-1,2, com sistema autoferrante, filtro em aço inox, admissão exterior, 2 saídas storz B, 2 saídas DN45 storz C com tampa cega, 1 ligação DN25 para enchimento do tanque
- Veios de transmissão para ligação à PTO

5. Painel Controlo Bomba:

- a) Conta-rotações do motor;
- b) Acelerador;
- c) Comando de paragem de emergência do motor;
- d) Manómetro indicador da temperatura do motor;
- e) Manómetro indicador de pressão de óleo do motor;
- f) Contador de horas total e parcial de funcionamento da bomba;
- g) Manómetro de baixa pressão ligado à bomba;
- h) Vacuómetro ligado à admissão da bomba;
- i) Iluminação do painel de controlo, com interruptor.

- Monitor fixo montado sobre o tanque, em liga leve de alumínio, rotação horizontal 360°, rotação vertical de -45° a +90°, opera com água e espuma, caudal regulável 800, 1200, 1600 e 3000Lt/minuto a 10bar.

6. Tubagem Hidráulica:

As uniões a utilizar nas tubagens são do tipo Storz, estampado e maquinado de alumínio.

7. Cofres:

- Cofres instalados lateralmente e independentes executados em tubo de aço galvanizado revestidos a chapa de alumínio anti-derrapante e lisa de 3mm e 4mm de espessura, sendo 2 laterais e 1 traseiro fechados por persianas;

- Persianas em alumínio anodizado com enrolamento compensado e barra antipânico com fecho e chave;
- Iluminação dos cofres c/instalação de barras de Led que acendem automaticamente c/abertura;
- Escada rebatível que permite o acesso à parte superior do tanque;
- Guincho manual para pneu suplente;
- Estante para arrumação vertical dos lanços de mangueiros separados entre si por divisórias PVC;
- Prateleiras em inox fixas;
- Abas superiores em alumínio;
- Suportes em inox para fixação de equipamento;
- Pintura do carroçamento cor branco
- Inscrições e decoração

8. Equipamento de Extinção:

a) Agulhetas para baixa pressão, com punho e válvula de abertura e fecho, para utilização com regularizador de caudal em jato/chuveiro, posição de auto limpeza, equipada com destorcedor, certificadas EN 15182 -1,2,3,4:

- 2 Agulhetas 50-210 LPM STORZ D;
- 1 Agulhetas 115-500 LPM STORZ C;
- 1 Agulhetas 400-1000 LPM STORZ B.

b) Lanços de mangueira flexível, com uniões Storz ou equivalente em liga leve, proteção exterior, suportando uma pressão máxima de trabalho superior a 16 bar e pressão de rotura mínima 50 bar:

- 8 Mangueiro diâmetro 25MM 20M com STORZ;
- 8 Mangueiro diâmetro M. 38MM 20M com STORZ;
- 4 Mangueiro diâmetro 70MM 20M com STORZ.

c) Três Corpos chupadores AWG de 2 metros cada, destinados à bomba principal de serviço de incêndios, c/uniões Storz 110, ralo e cesto, certificados conforme EN ISO 14557;

- d) 2 Disjuntores S45X45 c/ válvula;
- e) 4 Reduções STORZ 75-50 B-C;
- f) 2 Adaptadores STORZ C X 50 fêmea rosca bombeiro;
- g) 2 Adaptadores STORZ B X 70, macho rosca bombeiro;
- h) 4 Estancadores C-52;
- i) 4 Estancadores B-75.

9. Equipamento de Iluminação, Sinalização e Elétrico:

- a) 4 Cones de sinalização com 50CM;
- b) 2 Lanternas LED antideflagrantes portáteis com carregador IP 67 12/24 volts c.c;
- c) Lanterna/Gambiarra manual fluorescente 11W 24V;

10. Equipamento Sapador:

- a) 1 Alavanca arranca pregos;
- b) 2 Enxadas com cabo 1300mm;
- c) 2 Pás bico bombeiro c/ cabo 1100mm.
- d) Um machado/alvião c/ cabo

11. Material Diverso:

- a) 2 Chaves LF Multiusos para marco de água/boca-de-incêndio;
- b) 2 Chaves LF com união Storz ABC;
- c) 2 Chaves tipo cruzeta (portinhola);
- d) 1 Motobomba 1000Lts/min com storz 70mm, arranque manual c/tubo de aspiração e ralo;
- e) 1 Jerrican combinado standard;
- f) 1 Espia dinâmica 9mm de 25mts com 2 mosquetões ACO;
- g) 2 Extintores de pó químico 6KG c/suporte:
- h) 1 Escada dupla 2X2M (4M) EN1147

12. Ferramentas Próprias do Veículo e do Equipamento:

a) Mala de ferramenta com:

- 1 Jogo chaves bocas 6-32 (12 peças);
- 1 Jogo chaves fenda + estrela Sady (7 peças);
- 1 Jogo chaves Torx;
- 1 Jogo chaves umbrako 10509;
- 1 Alicates universal 190mm;
- 1 Chave grif cnh 12" = bico papagaio 225-1"1/2;

b) Um macaco hidráulico adaptado ao peso bruto do chassis;

c) 2 Calços médios;

d) 1 Estropo de poliéster duplex 250mm 6MT 10T;

e) Mangueira para enchimento/esvaziamento dos pneus com 5 metros, tubo racord e manómetro de pressão;

f) Pontos de ancoragem

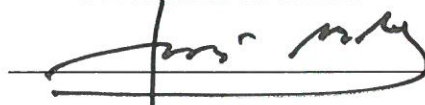
g) Equipamentos de socorro e sinalização regulamentares.

13. Equipamento de Comunicações:

Equipamentos móveis, homologados, montados na cabine, com extensão do altifalante junto do painel da bomba, com interruptor on/off e dois planos-terra em painel metálico, destinados às antenas de rádio;

- a) 1 Rádio móvel VHF (faixa dos 152-173 MHz), com 250 canais e antena;
- b) 1 Rádio móvel (fixo) SIRESP com antena c/capacidade de receção de sinal GPS;
- c) 1 Rádio portátil VHF (136-174) - 16 CANAIS e carregador veicular.

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes